



**Convênio n° 13/2005**  
**Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)**  
**Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT)**  
**Plural Consultoria, Pesquisas e Serviços**

**Plano Territorial  
de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)  
do Território Norte do Rio de Janeiro**

**Este Plano foi elaborado pelas organizações e  
instituições que compõem o território por meio de atividades apoiadas pelo  
Convênio SDT-MDA/Plural**

Novembro de 2006



# PLANO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVÉL DO CAMPO DO NORTE FLUMINENSE PDSC-NF

Novembro 2005

Luis Humberto Castillo Estrada  
[castillo@uenf.br](mailto:castillo@uenf.br) [dpresidente@cico.org.br](mailto:dpresidente@cico.org.br)  
Corpo Técnico do CIAT-NF

INTRODUÇÃO

Entende-se como “Desenvolvimento Sustentável do Campo” a conciliação entre o desenvolvimento sócio-econômico do campo com a preservação ambiental, e ainda, com o fim de diminuir a pobreza no mundo.

De acordo com a ONG Roy F. Weston o Desenvolvimento Sustentável (DS) prega que não se deve implementar este de uma só vez, não como uma revolução, mas como uma evolução, de forma gradual, passo a passo. É preciso a integração entre a indústria, comércio e comunidade, de forma que um programa de melhorias sócio-ambientais numa região se dê de forma conjunta e harmoniosa. Realizar um programa de DS exige um alto nível de conscientização e de participação tanto dos governos, quanto da iniciativa privada e das comunidades.

Neste sentido, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento harmônico de regiões onde predominem agricultores familiares e beneficiários da reforma e do re-ordenamento agrário, bem organizando reuniões em diversos municípios do Norte Fluminense-RJ, de maneira que a sociedade civil organizada possa tomar suas próprias decisões no Planejamento do Desenvolvimento Sustentável do Campo do Norte Fluminense - PDSC-NF.

O presente documento do PDSC-NF baseia-se em discussões da Comissão de Instalação das Ações Territoriais – CIAT/NF, Relatório da Oficina de Apresentação dos Estudos Propositivos da Dinamização Econômica do Território Norte Fluminense PCT BRA/IICA/03/006 e documentos da INTERNET de diversos sites.

## 1. Aspectos Históricos da Região

A região Norte Fluminense historicamente passou por três ciclos de crescimento econômico: o primeiro grande ciclo do açúcar no século XIX, como base no modelo mercantil escravista; o segundo grande ciclo do açúcar, que teve por base o modelo mercantil-capitalista; e o terceiro grande ciclo de crescimento econômico, que se apresenta para o Norte Fluminense, no século XXI, alavancado pela indústria do petróleo (SARAIVA & CARVALHO, 2004).

No primeiro ciclo, a economia da região estava dividida em dois setores: o setor de subsistência e, o outro, setor exportador. O setor de subsistência era responsável pela produção agrícola, bem como a produção de carne e leite, que serviam respectivamente, para abastecer o setor exportador (voltado para a produção açucareira), e o mercado interno, basicamente, o Rio de Janeiro e Minas Gerais. De acordo com SARAIVA & CARVALHO (2004), em torno dos engenhos, agregavam-se as fazendas que cultivam terras próprias ou do engenho e que eram obrigadas a moer a cana, recebendo um pagamento em açúcar, variável de acordo com a condição do lavrador. Paralelamente à cultura da cana e seus derivados, era comum a criação extensiva de gado e a produção de culturas ligadas ao setor de subsistência, como milho, feijão, arroz, café, farinha de mandioca, frutas, e algodão que, via de regra, estavam voltadas para o abastecimento da população local sendo que o excedente era exportado para outras regiões. Ressaltamos esta caracterização porque é necessário saber que desde tempos remotos já a região era produtora dos alimentos das grandes metrópoles de Rio de Janeiro e Minas Gerais, e tinha na sua inserção cultural e social a agricultura e prevalência de pequenas propriedades, situação que perdura até nossos tempos.

Com a desarticulação do modo de produção escravista, mercantil-exportador, a região entrou em declínio.

No segundo ciclo, ocorrido no século XX, teve como motor os investimentos para a estruturação do parque industrial sucroalcooleiro, que resultaria na constituição de inúmeras usinas de açúcar no Norte Fluminense. A expansão da lavoura da cana-de-açúcar reduziria, drasticamente, a produção das culturas tradicionais como milho, arroz, mandioca, feijão e frutas da região. Cabe citar que diminuem estas culturas não porque a região não seja apta e

altamente potenciaria para uma produção eficiente, se não, por promover a monocultura da lavoura canavieira. Por outro lado, na década de 1930, as políticas de estímulo cafeeiro para o café paulista, obrigaram a diminuir as áreas de cultivo do café. Estas duas ações levaram a desestruturação do setor agrícola.

Apesar do crescimento da produção açucareira, a indústria sucroalcooleira deu seus primeiros sinais de declínio na década de 1950. Nos anos 70, apesar de representar aproximadamente 70% da renda gerada na região (o que tornava a economia da região, extremamente dependente dos ciclos de produção e dos preços do açúcar e do álcool), a retratação econômica ocorrida na década dos 80, e a elevação de juros, muitos usineiros foram a falência implicando, assim o fim do segundo ciclo expansivo.

No início da década dos 80, a pesar da inegável decadência da indústria sucroalcooleira, observa-se emergência de novos setores ou modernização de atividades tradicionais, que contribuem para a dinamização da economia regional. Entre as atividades que tem movimento antagônico a este declínio é a atividade pecuária, entretanto, os resultados do trabalho de OLIVEIRA (2003) mostram uma cadeia produtiva da bovinocultura insustentável nos aspectos ambientais, sociais e econômicos, apresentando vários problemas relacionados a sua produtividade e na qualidade de seus produtos

Atividades industriais como a produção de petróleo, cerâmica, o crescimento do setor de serviços, com destaque para a área de educação, e mais recentemente, no setor agrícola, na produção de frutas. Porém, com resultados não muitos satisfatórios devido a falta de assistência técnica, capacitação, fornecimento de sementes sem qualidade, estudos pilotos sobre o estabelecimento destes projetos na região, e por ultimo, desarticulação da cadeia produtiva, e políticas governamentais condizentes com a realidade local.

Com respeito a produção de petróleo e seus *royalties*, de acordo com PESSANHA (2004) o possível aproveitar as oportunidades que surgem com o advento do crescimento das receitas dos *royalties* do petróleo, diminuindo as distâncias econômicas e sociais de seus moradores. É necessário produzir um desenvolvimento que efetive a inclusão social e que tenha, ao mesmo tempo, sustentabilidade ambiental.

Entretanto, apesar de ser grande a participação da produção de petróleo no quadro econômico da Região, através da geração de emprego, os *royalties* pagos pela Petrobrás aos municípios da região, com raríssimas exceções, não tem sido utilizado em planos, programa

ou projeto de fomento das atividades econômicas capazes de produzir impacto qualitativo no recorrente padrão de desenvolvimento regional, ficando mais uma vez evidente, na realidade, que o crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento (CRUZ, 2004).

Alem disso, diversos trabalhos indicam que dentro de duas décadas as fontes de petróleo decaíram (PRESTON, 2005), diminuindo com isto, as fontes de arrecadação dos municípios hoje favorecidos. Portanto, tem que ir vislumbrando outras fontes de energia alternativa, como por exemplo, o BIODIESEL, que o governo federal esta promovendo através da Agricultura Familiar. De acordo com SACH (2005) caminhamos para o esgotamento das reservas de petróleo, o que não ocorrerá amanhã, e sim no fim deste século, mas a demanda em excesso vai continuar pressionando os preços desse combustível.

As projeções sobre a vida da Bacia de Campos, em termos de produção de petróleo, são ainda aproximadas. Hoje, já se trabalha com previsões de 40 anos para o esgotamento das jazidas nessa faixa de oceano. Se as projeções estiverem corretas, significa que, dentro de vinte anos, os poços no litoral campista já deverão estar atingindo o seu pico de produção e, daí em diante, tenderão a entrar em declínio com a produção cada vez menor até o esgotamento dos poços. Mantida essa previsão, significa que, após esse período de vinte anos, ocorrerá uma redução do repasse dos *royalties* que poderá gerar uma crise, sem precedentes, por conta de um modelo que, para se sustentar, necessita da substituição da arrecadação dos *royalties* por outras fontes de receita (PESSANHA, 2004). O que indica que temos que gerar tecnologias para a produção do que era o Norte Fluminense no passado: produção de alimentos em pequena escala, ou seja, apoio agricultura familiar através de modelo que permitam a capacitação e educação dos setores envolvidos.

O Brasil, com a atual crise de energia, longe de constituir uma catástrofe potencial, afigura-se como uma oportunidade extraordinária para liderar em escala mundial a transição da civilização do petróleo para uma civilização moderna baseada no uso de biomassa. Tanto mais que a quase auto-suficiência em petróleo protege o país contra o choque de seus preços no curto prazo e, no dia em que o país tiver sobras de petróleo, gera possibilidades de exportação.

Convém, no entanto, fazer três ressalvas: a produção de etanol e de biodiesel não esgota evidentemente o tema da política energética, na qual o aumento da eficiência deve ocupar, no Brasil, como no mundo inteiro, um lugar de destaque; a produção de agroenergia é apenas uma das vertentes do aproveitamento das biomassas, ao lado da produção de alimentos, ração animal, adubos verdes, materiais de construção, matérias-primas industriais, fármacos e cosméticos; por razões sociais, é imperativo que a expansão da agroenergia se faça por meio da consolidação e da ampliação da agricultura familiar, de maneira a maximizar as oportunidades de trabalho decente no meio rural.

Dito isso, o Brasil tem tudo para assumir uma posição de liderança na produção e na exportação de biocombustíveis, bem como de know-how e equipamentos necessários à sua produção: a maior biodiversidade do mundo, amplas reservas de solos cultiváveis, recursos hídricos invejáveis (exceto no polígono das secas), climas diversos e propícios à produtividade primária, pesquisa agrônômica e biológica de classe internacional, 30 anos de experiências positivas e negativas com o Pró-Álcool, montadoras de automóveis que lançaram o motor biflexível e uma indústria de bens e equipamentos capaz de construir usinas e refinarias.

Há necessidade de reformulações que se apoiem em ações associativas e utilização de técnicas que mitiguem os impactos ecológicos, mas para isto se faz necessário a atuação governamental e da sociedade civil no sentido de fomentar a assistência técnica nas produções e programas de crédito rural, de modo a inserir a produção local em mercados fortes de forma a fornecer produtos de qualidade aos seus consumidores e gerar ações de gestão agroambiental, desenvolvimento rural sustentável.

## 2. Aspectos Gerais da Região Norte Fluminense

### 2.1. Composição Municipal do Território

Municípios que compõem o território:

1	Campos dos Goytacazes
2	Carapebus
3	Cardoso Moreira
4	Conceição de Macabu
5	Macaé
6	Quissamã
7	São Fidélis
8	São Francisco do Itabapoana
9	São João da Barra

### 2.2. Indicadores sobre a distribuição populacional

O território do Norte Fluminense é constituído por uma área total de 9.730 km<sup>2</sup>, representando 22.3% do Estado. De acordo com o IBGE, em 2002, possuía uma população de 698.783 habitantes, o que leva a uma densidade populacional de 71,8 hab/ km<sup>2</sup>, sendo uma densidade demográfica relativamente baixa quando comparada ao Estado (329,3 hab/km<sup>2</sup>). Entretanto, dentro de seus municípios, esta densidade pode chegar a 19,1%, como é o caso do Município de Quissamã, e densidades maiores, como Campos dos Goytacazes e Macaé, com 100,9 e 108,9 %, respectivamente. O resto, gira entre 24 e 53%, o que caracteriza estes municípios como interioranos. Cabe citar que a densidade demográfica do Noroeste Fluminense é de 55,4%, entretanto, sua densidade demográfica é mais uniforme.

A proporção da população brasileira que morava no campo, entre 1980 e 2000, mudou de 32% para 18% (IBGE, 2005). Quanto à situação domiciliar do Norte Fluminense, 14,9% moram no campo. No Estado, esta proporção é de 3,9%. Já na região Noroeste Fluminense esta proporção chega a 20,8%, o que indica a existência de uma margem para a implementação do desenvolvimento sustentável no campo nestas regiões do Estado. Municípios como São Francisco de Itabapoana e Quissamã mantêm, ainda, 53,3% e 43,7%, respectivamente, da população no campo. Enquanto Macaé possui apenas 4,9%,



manifestando as características da principal atividade econômica do município (extração e serviço de petróleo, produtos de metal e serviço).

### **2.3. Estrutura Fundiária e Condição de Ocupação nos Estabelecimentos**

O território Norte Fluminense apresenta-se com a maioria dos estabelecimentos rurais constituídos por menos de 10 hectares que, unidos, somam 55,3% do total dos estabelecimentos. Em segundo lugar aparecem os estabelecimentos com áreas entre 10 e 50 hectares, com 28,4% do total dos estabelecimentos, concluindo que 84% das propriedades são menores que 50 hectares. Já no Noroeste, representam 45,4% e 35,9%, respectivamente, o que totaliza 81% das propriedades com áreas menores que 50 hectares.

Quanto à condição de ocupação nos estabelecimentos rurais, por categoria, 89,1%; 1,6%; 4,5% e 4,8% pertencem a proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes, respectivamente. Já no Noroeste, os proprietários e parceiros ocupam, 76,4% e 17,4%, respectivamente.

O fato da maioria das propriedades ser menor que 50 hectares e ocupada, em grande parte, por proprietários, nos indica claramente a condição do pequeno produtor familiar.

### **2.4. Produção Agropecuária Atual**

#### **2.4.1. Utilização da Terra, Eficiência e Potencialidade de Produção Agropecuária**

Em relação à utilização das terras em culturas o Norte Fluminense ocupa 25,7%, 61,7% 7,6% e 1% em Culturas, Pastagens, Matas e Florestas e Terras Produtivas não utilizada do total do território, respectivamente.

Em referência à pastagens, as naturais constituem 41,8%, e o resto corresponde à pastagens plantadas, indicando o nível de investimento na produção pecuária. De acordo com os dados apresentados pelo PCT BRA/IICA/006 42,8% dos estabelecimentos do

território se dedicam à pecuária e 9,8% à produção mista (lavoura e pecuária), ou seja, totalizando 52,6% para a produção bovina. Em relação à área, a produção pecuária ocupa 56,7% e 11,8% para produção mista, sendo 68,5% para produção bovina.

Fazendo uma análise da produção agrícola, 89,1% constituem as lavouras temporárias, sendo apenas 5,8% dedicadas à culturas permanentes, como a fruticultura. De acordo com PCT BRA/IICA/006, 37,6% do território dedicam-se a esta atividade, mostrando o grande potencial de expansão da produção vegetal. Com respeito à área utilizada no Norte Fluminense, 29,2 % são ocupadas por lavouras temporárias e, 2% apenas são utilizados para cultivos permanentes e 0,22% para hortaliças, o que indica o grande potencial de expansão destas culturas, desde que exista apoio integrado dos governos municipal, estadual e federal, principalmente na capacitação e treinamento dos produtores do campo.

O Valor Anual de Produção (VAP) do Norte Fluminense é de 33,7% para Produção Animal e 66,7% da Produção Vegetal. Sendo que 15,8% do VAP para produção animal e 27,4% para a produção vegetal do Estado. Os valores do VAP da produção vegetal e animal por hectare do Norte Fluminense são de R\$ 208,7 e do Estado do Rio de Janeiro e Santa Catarina são de R\$260,89 e R\$494,00, respectivamente, o que indica, possivelmente, a maior tecnologia empregada e diversidade de culturas a serem exploradas.

Os dados da FAO (1997) permitem verificar como é possível obter rendas relativamente altas em áreas muito pequenas (no máximo de 22 hectares) com a fruticultura e horticultura e uma boa organização do trabalho familiar, podendo chegar a valores superiores aos R\$12.000 por ano, o que significa em torno de R\$1.000 mensais líquidos por cada família que trabalha.

Baseado nestes dados, em 2000 originou-se o projeto FRUTIFICAR, que apesar de possuir incentivo como o crédito para investimento e custeio, juros baixos, relativa assistência técnica e garantia de comercialização, previsão de financiamentos de até R\$150 mil para cada produtor interessado em fornecer frutas tropicais para consumo in natura ou industrialização, visando a comercialização no mercado interno e exportação, falhou por parte da preparação dos produtores rurais. Hoje 90% dos produtores não têm condições para saldar a dívida. Como já foi apontado anteriormente, faltou a capacitação aos agricultores antes de início das lavouras, bem como a garantia de material genético de qualidade para a implantação do projeto.

Estudos empreendidos pela UENF demonstram que várias hortaliças têm sido cultivadas com sucesso, como alface, pimentão, tomate, feijão-de-vagem e pepino, entre outras. Por outro lado, a distância dos grandes mercados consumidores (São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo) fazem constituir um enorme potencial para produtores de horti-fruti-granjeiros do Norte Fluminense. Desta maneira, as casas de vegetação são uma estratégia tecnológica a serem consideradas, em vista de se contar com uma demanda permanente do mercado consumidor, sendo esta uma forte fonte de renda para o pequeno produtor rural.

Estudos do Centro Internacional de Caprinos e Ovinos - CICO, mostram que a criação de caprinos e ovinos, com o início de 30 e 50 matrizes, respectivamente, é capaz gerar rendas mínimas de R\$750.00 mensais, ainda com pagamentos do crédito agrícola. Além de que, a atividade com esta proporção de animais permite executar o desenvolvimento de outras culturas como horticultura, fruticultura, etc., aumentando ainda mais a renda e diversidade alimentar do grupo familiar. Os últimos resultados dos obtidos no Nordeste e Sul do país mostram que estes dados não são muitos distantes aos obtidos nas condições do Estado do Rio de Janeiro.

Estes fatos enunciados, desde que sejam tecnicamente sustentados, principalmente quando integrados, permitem sugerir que pode ser redefinida a política pública tanto no setor agrário, como e, principalmente, no segmento social.

#### **2.4.2. Produção Animal e Vegetal**

Os dados à continuação apresentada referem-se àqueles extraídos do IBGE (2005), pertencentes aos colhidos pela instituição em 200 ([www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php))

#### Número Efetivo de Ruminantes no Norte Fluminense

Quanto ao número efetivo de bovinos, registra-se, em 2002, a quantidade de 565.886 animais, correspondendo a 40,7% em Campos, 15,3% em Macaé e 11,7% São Fidélis. O menor rebanho encontra-se registrado no Município de São João da Barra, com 12.000 bovinos. Quanto aos bovinos de leite, no território existem 79.694 vacas leiteiras especializadas, sendo que a maior concentração se encontra em Campos (31,2%), seguido por Macaé e São Francisco de Itabapoana com 18,2% e 17,1%, respectivamente.

Quanto aos bubalinos, no território existem 916 animais, distribuídos em Campos, Macaé e São Francisco de Itabapoana.

Com respeito a pequenos ruminantes, ou seja, caprinos e ovinos, existiam em 2002, 8.724 animais, sendo que 30% de estas espécies concentram-se em Campos dos Goytacazes (1801 ovinos e 822 caprinos), em segundo lugar, São Francisco de Itabapoana, com 19,0% (1316 ovinos e 345 caprinos), e terceiro lugar, São Fidelis com 15,3% (1198 ovinos e 136 caprinos).

Considerando o número de bovinos de leite e pequenos ruminantes, acreditamos que seria viável a implantação de um programa de melhoramento e seleção de ruminantes.

#### Número Efetivo de Suínos e Aves no Norte Fluminense

Quanto ao número efetivo de suínos, em 2002, foram registrados 19.450 animais, dos quais 38,7% concentravam-se em Campos, em São Fidelis 23,3% e 13,1% em São Francisco de Itabapoana.

Em relação à galinhas poedeiras, registraram-se 56.238 aves, alocadas em 34,7% e 28,6% em Campos e São Fidelis, respectivamente. Já os frangos de corte, a população destes, em 2002, era de 91.929 aves, as quais eram alocadas da mesma forma que as galinhas poedeiras, 35,0% em Campos e 29,4% em São Fidelis.

O número de suínos e aves de corte e postura é considerável, pois gera emprego e alimento para a região, diminuindo as necessidades de importação de outros estados dos produtos da indústria avícola e da suinocultura. Cabe citar que o pequeno produtor familiar poderia ser incentivado para produzir aves caipiras e suínos na sua propriedade, utilizando

os sub-produtos da lavoura e sistemas integrados de produção. Acrescenta-se ainda que existe a produção de codorna, coelhos e eqüídeos.

Considerando um consumo de dois quilos/dia como média para alimentação dos suínos, precisaríamos de quase 15 mil toneladas de concentrado/ano, e tomando como base, 100 gramas/dia para a alimentação de aves, precisaríamos de 5.5 mil toneladas de concentrados, ou seja, 20,5 mil toneladas/ano de concentrados para abastecer a alimentação destes animais. O que justifica por si próprio (isto, sem contar a suplementação dos ruminantes e eqüídeos), a necessidade da implantação de uma planta processadora de alimentos para animais na região Norte Fluminense.

Considerando em conta os números aqui apresentados, tanto de ruminantes quanto de monogástricos, ainda não poucos animais para garantir a produção de alimentos para a população do Norte Fluminense (698.783 habitantes), tendo-se que importar alimentos de outros estados. Vale ressaltar que o agricultor familiar representa um papel importante neste processo de auto-suficiência de alimentos da região.

Com respeito à produção de mel, em 2002, obteve-se uma produção de 8.179 quilos/ano, sendo produzidas 45,5 %; 34,7%; 12,2% e 7,6% em São Fidelis, Campos, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, respectivamente.

#### Produção Vegetal Oriunda de Culturas Permanentes

Com respeito às áreas plantadas de culturas permanentes, em 2002 se registraram 5.811 hectares, sendo destas 46,02%; 21,18% e 20,05% para as culturas de banana, coco e maracujá, respectivamente. Também encontravam-se cultivadas, em percentagens menores a 5% da área, as culturas de café, goiaba, laranja, limão, manga, abacate, tangerina e mamão.

A maior proporção do cultivo de banana encontra-se em Macaé com 74% da área plantada no Norte Fluminense, produzindo 18.800 toneladas/ano. Quanto ao cultivo de café, 63% se encontram no município de São Fidelis e 32% em Campos dos Goytacazes. Como era de se esperar, 42,2% da área de coco plantada encontram-se no município de Quissamã e, na mesma proporção (24,4 %), em Campos e São Francisco de Itabapoana.

Cabe citar que em todos os municípios do Norte Fluminense há plantações de coco, assim como o cultivo do maracujá. Neste caso, 85,8% da área plantada se encontram em São Francisco de Itabapoana. Este município, apesar de não ser expressivo seu número em áreas, é o mais diversificado em questão de culturas permanentes, seguido por Campos.

### Produção Vegetal Oriunda de Culturas Temporárias

Do total da área plantada de culturas temporárias (156.323 hectares), predomina a cultura da cana-de-açúcar com 93,7% da área total plantadas por culturas temporárias no Norte Fluminense, destacando-se Campos, com 63,2% da área plantadas desta cultura no território (92.050 hectares). Todos os municípios mostraram ser plantadores de cana-de-açúcar, inclusive, Conceição de Macabu, apesar de seus escassos 13 hectares e de ser o menor rendimento da região Norte Fluminense (30 ton/há vs 45 ton/há).

No cultivo de frutas como abacaxi, foram plantados 2.302 hectares, sendo 86,9% cultivados em São Francisco de Itabapoana, com 57 mil frutos/ano. Outros municípios com áreas plantadas são Campos e São João da Barra.

Quanto ao cultivo da mandioca, plantaram-se 4.374 hectares, sendo 64% cultivadas em São Francisco de Itabapoana e 22,4% em Campos. Todos os municípios do Norte Fluminense mostraram ser produtores de mandioca, inclusive São Fidélis, com apenas 39 hectares. O cultivo do milho registrou 1.894 hectares, sendo 51,8% oriundos de Campos, 14,2% de São Fidélis e São Francisco de Itabapoana e 11,6% de Cardoso Moreira. Vale ressaltar que a produção de milho no Norte Fluminense é de 2.534 ton/ano. Apesar de ser em poucas as áreas plantadas com arroz (653 hectares), Macaé contribui com 53,6% da área plantada, seguida por Quissamã com 19,9% da área plantada. A área total do território plantada com feijão, foi de 950 hectares, sendo 35,8% plantados em Macaé, 22,1% em Campos e São Francisco de Itabapoana, e 12,4% em São Fidélis.

Com respeito aos cultivos de melão, melancia, batata doce e tomate, apesar de não serem muito expressivos, representam uma boa forma de geração de renda para agricultores familiares e abastecimento locais. Sendo a melancia (285 hectares), destaque em São

Francisco de Itabapoana, a batata doce e melão em Campos (44 e 13 hectares, respectivamente) e o tomate, em São Fidélis (75 hectares).

De acordo com PCT BRA/IICA/006 93% do VAP da produção vegetal são oriundos das culturas temporárias, daí a importância da capacitação dos produtores no domínio de técnicas que permitam uma maior eficiência nos cultivos e aumentos das áreas destinadas para estas culturas. Realizando a relação dos rendimentos totais do cultivo em moeda (R\$) e as áreas totais plantadas, ressaltaram ser o plantio do tomate, abacaxi, melão e batata doce os rendimentos das culturas temporárias mais lucrativas. Os cultivos de milho, mandioca e cana-de-açúcar resultaram nas menos promissórias. Isto poderia influenciar, de alguma forma, no VAP do município.

## **2.5. Agricultura Familiar no Território**

No Norte Fluminense, 85,2% dos estabelecimentos pertencem às agriculturas familiares, com uma área total de 222.756 hectares, o que corresponde a 33,6% da área total rural. Estes estabelecimentos abrigam 69,1% da mão de obra utilizada e representam 35,8 % do VAP do território, daí a importância quantitativa da agricultura familiar, seja pelo número de estabelecimentos, seja pela participação na geração de emprego no campo.

Em relação ao número de estabelecimentos envolvidos na agricultura familiar, tem destaque o município de São Fidélis com 92,9% e São Francisco de Itabapoana e Campos dos Goytacazes, com 86,3%. O mesmo pode ser notado em São Fidélis com respeito à maior área ocupada (63,7%), maior número de pessoal ocupado (87,2%) e VAP (72%).

Quanto ao desempenho da agricultura familiar noVAP (R\$/há) temos: 49,2; 134,2; 154,2; 175,0; 209,5; 220,3; 222,2; 401,9 e 447,4 para Quissamã, Macaé, São Fidelis, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Campos, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, respectivamente.

Em relação à categorização dos estabelecimentos familiares conforme a renda obtida, temos Quissamã, São Francisco de Itabapoana e Campos apresentando 74,1%; 65,9% e

53,3% de estabelecimentos, respectivamente, com quase sem renda. Os de maiores renda encontram-se em São João da Barra e Macaé com 18,8% e 14,4% , respectivamente.

## **2.6. Pescadores Artesanais e Colônias de Pescadores**

De acordo com o Sr. Jorge Carvalho Cruz, presidente da Associação de Pescadores Artesanais do Rio Paraíba do Sul – APARPS, entidade membro da União de Entidades de Pescadores Artesanais – UEPA, que aglutina 40 associações e colônias de pescadores do Estado do Rio de Janeiro, ambas com sede na cidade de Campos dos Goytacazes. A APARPS está constituída por 62 associados que vivem exclusivamente da pesca no Rio Paraíba. De acordo com seu presidente, além desta associação no Norte Fluminense, atuam associações de pescadores em: Ponta Grossa, com 150 associados; Parque Prazeres, com 80 associados; Lagoa do Campelo, com 70 associados; São Fidélis com 1000 associados; colônia de pescadores em São Francisco de Itabapoana com 300 pescadores; colônia de pescadores no Farol de São Thomé, com 800 pescadores; colônia de pescadores em São João da Barra com 3000 pescadores; colônia de pescadores em Macaé com 4500 pescadores, o que daria um total de 9.962 responsáveis de famílias.

De acordo com os dados da FIPERJ em 1997, a pesca marítima do Norte Fluminense corresponde a 14% do desembarque do Estado do Rio de Janeiro, o que indica a importância das colônias de pescadores de Farol de São Thomé (2.907 ton/ano 84), Atafona (3.350 ton/ano), Macaé (3.369 ton/ano) e São Francisco de Itabapoana (1.791 ton/ano).

De acordo com o Sr. Jorge Carvalho Cruz, presidente da APARPS, a pescaria antes da catástrofe da Empresa Cataguases, gerava uma renda de USA\$250,00 (cotação do dólar na época era R\$3,57), que, segundo ele, a pesca dava de 15 a 30 quilos/dia. Hoje a maioria atinge apenas os USA \$160,00 (cotação do dólar em 08/11/2005 era de R\$2,19).

Os pescadores têm observado que dentro da grande variedade de espécies encontradas durante a pesca, encontram-se peixes de pouco valor comercial, os que poderiam ser utilizados através de uma fábrica de beneficiamento. Desta maneira, as inclusões na pesca destas espécies de baixo valor comercial dariam um equilíbrio na renda familiar. Outro fato



apontado seria a fábrica de farinha de peixe e resíduos, por parte das colônias de pescadores, que, em suma, seriam aproximadamente 8.300 famílias com este tipo de empreendimento. Inclusive, as espécies de baixo valor comercial poderiam ser transformadas para alimentação de gatos ou, desde que beneficiadas e transformadas, para alimentação humana. Outra forma de amenizar a falta de renda no defeso é a implementação de piscicultura integrada, assim como os assentados agrícolas possuem acesso à terra, os pescadores artesanais poderiam ter acesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário para a aquisição de terra e investimentos em infra-estrutura (tanques para piscicultura).

Apesar da justiça ter decretado a indenização de R\$3.000,00, este valor não recupera estas perdas de renda e muito menos o desequilíbrio ocorrido no ecossistema. Cabe citar que à data deste documento, ainda os pescadores não receberam nada pelo o tempo que passaram sem renda durante a catástrofe. A poluição dos berçários e lagoas continua por parte de fazendeiros. Os órgãos competentes continuam com o descaso no tratamento do esgoto do rio, fonte de alimentos e renda de centenas de famílias. É necessária uma educação ambiental mais ativa.

Outro problema apontado pelo presidente da APARPS, é a inadequação da data do defeso da pesca, pois quando os peixes têm peso para a pesca, inicia o defeso. A data de defeso deveria ser regionalizada, e não generalizada. Neste caso, ao invés deste período ser de novembro-março, deveria ser de abril-junho.

## **2.7. Número de Famílias Assentadas pelo INCRA**

Em Campos dos Goytacazes existem 7 assentamentos: Zumbi dos Palmares com 506 famílias; Ilha Grande, com 58 famílias; Che Guevara, com 74 famílias; Dandara dos Palmares, com 35 famílias (ainda sem homologação); Santo Amaro, com 30 famílias (ainda sem homologação); Terra Conquistada, com 15 famílias (ainda sem homologação) e Novo

Horizonte, com 300 famílias, totalizando 1018 famílias. Em São Fidélis, 22 famílias. Em São Francisco de Itabapoana, em Tipipy, 250 famílias. Em Cardoso Moreira, em Paz da Terra, 80 famílias (ainda sem homologação). Conceição de Macabu, em Capelinha, 138 famílias. Macaé, 54 famílias em Bem Dizia. Carapebus, em Prefeito Celso Daniel, 188 famílias (ainda sem homologação). Totalizando, no território, um total de 1647 famílias assentadas em 1277 hectares.

## **2.7. Indicadores Sociais**

### **2.7.1. Educação**

De acordo com os dados do PCT BRA/IICA/006, quanto aos indivíduos com mais de 15 anos e analfabetos, a maior percentagem encontra-se em São Francisco de Itabapoana, com 25%, seguido por Cardoso Moreira, com 19,7% e São Fidélis com 16%. A menor percentagem de analfabetismo nesta faixa etária encontra-se em Macaé com 7,9%. no resto dos municípios as percentagens variam entre 10,1% e 12,7%, níveis um pouco acima da média do Estado (6,6%).

Com respeito ao grau de escolaridade, especificamente dos responsáveis por domicílio com menos de quatro anos de frequência escolar, encontramos todos os municípios apresentando índices superiores à média do Estado (22,1%), inclusive Macaé (24,1%) que apresentou o menor índice de analfabetização do Norte Fluminense. O que todo indica a situação bastante precária em educação do território, dificultando a inserção da população no mercado de trabalho e a dificuldade da transferência de tecnologias no campo. Com este quadro geral deverão ser implementadas três medidas simultaneamente:

- 1) Geração de ocupações menos exigentes em níveis elevados de escolarização;
- 2) Ampliação do esforço para a escolarização, estimulando a frequência à escola; e
- 3) Ações de melhoria da escolarização de jovens e adultos através da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

### **2.7.2. Domicílios em Situação de Pobreza**

Refere-se situação de pobreza, aqueles domicílios em que existe saneamento inadequado, com renda dos responsáveis inferior a um salário mínimo por mês e frequência nas escolas por menos de quatro anos. Os maiores índices foram registrados por São Francisco de Itabapona, com 47,1%; Cardoso Moreira, com 32,1%; Quissamã, com 27,4%; Carapebus e São João da Barra com 25,2%, Conceição de Macabu com 21,4%; Campos com 17,7% e Macaé com 5,8%.

### **2.7.3. Renda per Capita**

Os dados apresentados no PCT BRA/IICA/006 indicam que a renda per capita do Norte Fluminense é de R\$162,55, duas vezes e meia menor que a renda per capita do estado (R\$406,75). O menor índice foi registrado em São Francisco de Itabapoana, com R\$156,00, seguido por Cardoso Moreira, com R\$166,05 e São João da Barra com R\$177,33 e Quissamã, com R\$181,09. Os demais tiveram valores superiores a R\$200,00. Entre eles, temos: Carapebus, com R\$203,22; São Fidelis, com R\$212,84; Conceição de Macabu, com R\$213,91 Campos dos Goytacazes, com R\$247,20 e Macaé, com R\$392,94

Parece existir uma relação entre renda per capita e níveis de domicílios na pobreza, pois existe uma correlação negativa ( $r = -0,8375$ ) entre estes dados aqui apontados, indicando que quanto mais alta é a renda do município, menor é a percentagem de domicílios na situação de pobreza. Por outro lado, evidencia-se uma correlação positiva ( $r = 0,9357$ ) entre o grau de analfabetismo e percentagem de domicílios em condições de pobreza, ou seja, quanto maior for o grau de analfabetismo, maior serão as percentagens de domicílios na condição de pobreza. De acordo com OLIVEIRA (2001), a desigualdade de renda, a desigualdade educacional e participação política afetam a renda per capita, o que justifica que não apenas deverão ser, a capacitação e o treinamento técnico, inseridos no contexto de desenvolvimento da região Norte Fluminense, assim como também, a capacitação para formar lideranças de grupos, associativismo, cooperativismo e administradores ou planejadores do desenvolvimento integrado sustentável.

### **3. Eixos Estratégicos do Norte Fluminense**

Após muitas reuniões, os membros da Comissão de Instalação das Ações Territoriais do Norte Fluminense – CIATNF, representada por membros da sociedade civil organizada, representante dos governos municipais, representantes dos agricultores familiares e pescadores artesanais e, como observado através do presente trabalho, foi identificadas a realidade do território nos itens mais importantes e definidas ações a serem realizadas para mudar esta realidade, e qual o nível de mudança que possamos efetivamente fazer através de quatro eixos temáticos:

- I. Educação, Formação e Capacitação
- II. Infraestrutura (Geração de Trabalho e Renda)
- III. Organização e Comercialização
- IV. Interação Ser Humano – Ambiente

#### **I. Educação, Formação e Capacitação**

Apesar de existir em programas sociais tanto municipais, estaduais e federais, tais como programa da saúde de família, programa da gestante feliz, frutificar, moeda verde, bolsa escolas, etc., muitos anos têm passado e as políticas públicas não têm conseguido deter a fuga do homem do campo para as cidades. Inclusive, as políticas municipais de educação no Norte Fluminense estão levando ao fechamento das escolas do campo, porque é mais fácil e econômico colocar transporte para que a demanda educacional seja ofertada nas cidades, com culturas e conteúdos totalmente desconexos das necessidades e expectativas do homem do campo. É necessário que se tomem medidas urgentes e não paliativas, é preciso que se unam as forças políticas nos três níveis governamentais e reformulem estas ações. Não é utopia, nem demagogia. Infelizmente, se isto não acontecer, não vai parar a fuga do homem do campo, aumentando o número de favelas nas cidades e o desequilíbrio social será irreversível. Temos que ficar esclarecidos que o Brasil é eminentemente

agropecuário, que por sua dimensão territorial e sua grande diversidade agroecológica constitui o maior celeiro potencial de alimentos do mundo. Ao abordar o tema de Educação vamos ser um pouco enfáticos para sustentar o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Campo do Norte Fluminense, pois não pode haver desenvolvimento sustentável se não há educação.

Do ponto de vista técnico, tem-se, nos institutos de pesquisas e universidades, gerado tecnologias para o grande produtor, as maquinarias e indústrias para o grande industrial. Entretanto, os dados aqui apresentados reafirmam que é o pequeno produtor quem gera a grande parte dos alimentos deste país. Cursos de curta e média duração, esforços e investimentos físicos e humanos, têm-se alocado no campo com intuito de aumentar a produção e as cadeias produtivas que continuam desarticuladas, que falharam durante todo este tempo?. “O que falta aos produtores rurais é saber e saber fazer (conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) para que tenham capacidades de incrementar a produtividade e rendimento da mão de obra familiar, da terra e dos animais. Desta maneira, os atores evoluirão para serem construtores do desenvolvimento”.

Os projetos deverão ter objetividade e capacidade de gerar o desenvolvimento regional e sustentável. É necessário que seja dimensionada uma educação útil, funcional e instrumental que ensine a produzir com maior eficiência e rentabilidade, proporcionando uma educação orientada para o autodesenvolvimento. Os produtores, que hoje são parte do problema, passarão a ser parte da solução. Desta forma, a educação no campo é complexa, porque vai desde a alfabetização até à pós-graduação, porém, com evolução de paradigmas que sejam gerados na base do pequeno produtor familiar. Para isto, acreditamos que é necessária a união de esforços ministeriais, do estado e do município, na participação de todas as classes sociais, especialistas das diversas áreas da ciência, para elaborar “O Modelo Integrado de Educação para o Campo - MIEC”. Para que os próprios agricultores, logo após receberem uma educação orientada ao protagonismo e empreendedorismo, façam seu próprio desenvolvimento sustentável e não recorram a modelos incapazes de resolverem os problemas do campo, senão amenizá-los.

Neste sentido, o CIATNF propõe várias linhas de ações e destas, obviamente, projetos que deverão ser levados à execução. A discussão formada no item 2.7.3., deixa clara a necessidade urgente da educação como força matriz do desenvolvimento sustentável da

Região Norte Fluminense, e especialmente, quando se refere a Educação no Campo, iniciando desde a alfabetização a todos os níveis de idade.

A situação educacional do Norte Fluminense é crítica, começando com o alto índice de analfabetismo. Não adianta levar o conhecimento técnico ao campo, se não há como traduzir esse conhecimento. Analisando os índices do ensino fundamental, a situação se aprofunda. A educação, além de suprir conteúdos didáticos deve levar à evolução gradativa e sistemática do conhecimento, como foi apresentado neste texto, deverá ser direcionado para a auto-gestão, promover o indivíduo a ser gerador de riquezas, aumentar a capacidade de trabalho coletivo e a consciência ambiental.

Entre outras ações deste eixo, destaca-se a necessidade de reconstrução da ATER e organização de uma rede de assistência técnica. Como já foi comentado, estas deverão evoluir no sentido de que se capacitem os indivíduos no modum operandum da reforma integral do campo. Além disso, desde o ponto de vista jurídico e político, é necessário pedir maior participação das Secretarias de Educação dos municípios, assim como fazer valer a Lei de Diretrizes de Bases – LDB (Lei 9.394; Lei 9.424; e Lei 10.172 e parecer CNE/CEB No 36/2001) e Implementar as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB No 1 de 3 de abril de 2002). Outro sim, também é necessário a divulgação do Ensino Agrícola para o público alvo: agricultor familiar, além do resgate dos valores culturais do campo.

De acordo com a maioria do Comitê Técnico do CIAT do Norte Fluminense, veremos a seguir as estratégias ou linhas de ação que deverão ser assumidas para mudar o quadro da Educação do Norte Fluminense:

a) Capacitação de Professores, Técnicos da ATER e Produtores.

Projetos:

- Capacitação de professores (educação continuada, principalmente aos que atuem na educação do campo);
- Aperfeiçoamento e treinamento dos técnicos da ATER;
- Treinamento para formação de lideranças comunitárias;
- Fortalecimento da Alfabetização de Jovens e Adultos;
- Implantação na Rede Municipal da continuidade do Ensino Fundamental no Campo;

- Implementação de cursos tecnológicos para agricultores familiares.

b) Implantação e Reestruturação de Unidades Didáticas-Pedagógicas

Projetos:

- Implementação de Centros de Informática e Telemática no Campo;
- Reestruturação de Escolas do Campo e Centros de Treinamentos e Capacitação com Unidades Demonstrativas para Aulas Teórico-Práticas (Unidades Didáticas de Produção).

c) Construção do Modelo Integrado de Educação do Campo

Projetos:

- Criar a carreira de Tecnólogos em Sistemas Integrados de Produção;
- Criar a carreira de Técnicos em Agropecuária Tropical Integrada; e,
- Estimular a criação de cursos de Pós-graduação em Agricultura Sustentável, com o intuito de que este curso possa dar subsídio para a geração de novas tecnologias para agricultura familiar.

## **II. Infraestrutura (Geração de Trabalho e Renda)**

De acordo com as potencialidades descritas no texto do PDSCNF é necessária a interação de todos os municípios do território, elaborando projetos de infra-estrutura que sejam geridos na base das potencialidades, riquezas e potencialidades de execução, de maneira que beneficiem todo o território. Entre as estratégias ou linhas de ação podem-se enunciar as seguintes:

a) Implantação de Infraestrutura de Apoio a Agricultura Familiar

Projetos:

- Adaptação de um abatedouro já instalado, para que se possa comercializar toda a produção do território a nível nacional (multifuncional e com SIF) de carne bovina, ovina, caprina e suína;
- Construção de Casas de Vegetação para a Produção de Mudanças e Sementes de Qualidade;
- Implementação de uma Fábrica de Rações para os Pequenos Produtores Familiares;
- Estabelecimento de uma Indústria para o beneficiamento de Produtos de Origem Pesqueira;
- Estabelecimento de uma Fábrica de Farinha de Sub-produtos de Origem Pesqueira;
- Em lugar de grandes infra-estruturas, pequenas estruturas que visem o desenvolvimento da viticultura, piscicultura, baking-house (local para limpeza, seleção, embalagem de hortifrutí- granjeiros da Agricultura Familiar) entre outros, e por último,

b) Estruturação de Programas e Centros de Apoio para Produção Pecuária e Agrícola do Agricultor Familiar e Desenvolvimento do Turismo Rural

Projetos:

- Estruturação de um Programa Regional de Reprodução e Melhoramento Genético em Ruminantes;
- Estruturação de um Programa Regional de Sanidade Animal;
- Implementação de um Banco de Dados;
- Estimular a criação de cooperativas agro-sucro-alcooleiras;
- Estimular a criação de um Centro de Apoio para a Rizicultura, Viticultura e Piscicultura do Norte Fluminense;
- Estimular atividades que contribuam para o crescimento do agro-turismo.



### III. Organização e Comercialização

O corpo técnico do CIATNF percebeu a necessidade de formação de equipes assessoras de comercialização nas diversas cadeias produtivas para analisar o mercado interno e externo.

Com a formação do Conselho de Secretários de Agricultura do Norte Fluminense, é necessária a articulação da comercialização de produtos agropecuários oriundos das cooperativas, associações pelos órgãos públicos para a merenda escolar, alimentação dos hospitais, etc. Desta maneira, estaria favorecendo e valorizando os produtos de nossa região.

Promover cursos de média duração para agregar valor ao produto é uma das prioridades do eixo educação, formação e capacitação: porém, de importância para a estruturação da comercialização. Ao mesmo tempo, como foi enunciado no eixo infraestrutura entende-se que em lugar de grandes infra-estruturas, pequenas estruturas que visem o desenvolvimento de agricultura orgânica. Entretanto, para estes produtos chegarem à prateleira, deverão sofrer certas modificações, como lavagem, seleção, pesagem e embalagem, bem como a produção de sub-produtos do sistema agropecuário integrado, ou seja, doce de leite, banana, vinagre, etc. Com tudo, pequenas unidades nos assentamentos ou núcleos de produtores para tratamento pós-colheita, poderão dar condições ao pequeno agricultor de ser mais competitivo no mercado. Por outro lado, poderá ser incentivada a especialidade regional, característica que pode ser inserida na embalagem muitos casos de sucessos têm sido relatados com este critério.

Pelos dados levantados no território, mostra-se o grande potencial agropecuário, indicando que a agroindústria deverá ser incentivada no médio prazo, procurando-se parcerias que tenham experiência na comercialização. O associativismo deverá ser incentivado para viabilizar essas atividades que exigem economias de escala e oferta assegurada.

Quanto a isto, os sistemas de produção agropecuária que devem ser constituídos são os integrados, ou seja, cultivos e criações de subsistência (arroz, milho, aipim, frangos, porcos etc para alimentação familiar), cultivos e criações comerciais (produtos olerícolas, leite de cabra, ovinos), e fruticultura (cítricos, manga, etc), os quais poderão ser vendidos *in natura*

ou incorporados na pequena agroindústria do núcleo ou assentamento anteriormente comentado. Os cultivos a serem implantados deverão o ter uma cronologia de colheita que permita renda durante todo o ano, bem como possibilite ao produtor a obtenção de uma renda semanal. Neste caso, produtos olerícolas, ou leite, ovos, etc.

A assistência técnica poderá ser prestada por cooperativas de trabalho, integrando agrônomos, veterinários, zootecnistas e técnicos agrícolas, com funções executivas de acompanhamento e avaliação. Neste sentido, pode-se pensar em parcerias de várias entidades para redimensionar a ação da ATER no território.

É importante estimular o intercâmbio de idéias e conhecimentos entre produtores dos distintos municípios do território, bem como a experiência com outros territórios. Portanto, é necessário que se promovam viagens e dias de campo com este fim.

#### **IV . Interação Ser Humano – Ambiente**

Para conseguir estes objetivos, neste eixo, é necessária a interatividade entre diversas entidades. Isto porque o trabalho de conscientização é lento e paulatino.

Com o advento do Programa Rio-Rural, se criam as condições para investir na preservação ambiental, inclusive, com incentivos e apoio do estado e organismos internacionais, levando ações de proteção ambiental às práticas agrícolas e pecuárias. É possível que no andar deste processo, poderá ser instalado um programa de conservação de solos e águas, bem como re-vegetação das margens de rios e nascentes, assim também, como tratamento de esgoto sanitário. Entretanto, necessita da participação de todos os setores da sociedade e, sobre tudo, haver vontade política.

Outro aspecto que pode ser explorado no território são as belezas naturais e, junto com a produção agropecuária, explorar o agro-turismo, que seria uma fonte de renda a mais para os pequenos produtores rurais. Entretanto, é necessário que no território se incentive o sentimento agroecológico e a preservação ambiental. Existem territórios nos quais em que a maior fonte de renda é baseada nestes últimos conceitos.

#### 4. VISÃO DE FUTURO

Como já foi enunciado neste trabalho, realizar um programa de desenvolvimento sustentável exige um alto nível de conscientização e de participação, tanto dos governos (federal, estadual e municipal) quanto da iniciativa privada e das comunidades. Além disso, é um processo demorado, que deve ser realizado a passos contínuos e sistemáticos, integrando todos os atores sociais e as diversas áreas das ciências, as potencialidades e fraquezas de uma região.

Historicamente a região Norte Fluminense foi eminentemente dedicada à produção agropecuária. Suas características geomorfológicas e climáticas, desde o início do século XIX mostraram esta aptidão, mantendo sua estrutura fundiária de propriedades com áreas menores que 50 hectares. Unido à estas características, nos últimos anos vem se concentrando no um território grande número de agricultores familiares e assentados, o que indica a necessidade do aprimoramento das tecnologias apropriadas para produção agrícola e pecuária, especialmente para a agricultura familiar.

Com o advento da exploração do petróleo, apesar de ser uma quantia considerável de dinheiro que é inserida pelos *royalties* para o desenvolvimento do Norte Fluminense, este não condiz com o desenvolvimento observado nos municípios agraciados por eles, ficando uma vez mais evidente que o crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento. Infelizmente, a exploração do ouro negro é finita, os prognósticos não são muito animadores. Portanto, é necessária a substituição dos *royalties* por outras fontes de receitas que sejam sustentáveis.

De acordo com os dados de renda per capita da região, mostra-se que esta é a menor do Estado, o que dificulta aos núcleos de produtores e às diversas formas de agricultores familiares, se capacitem para construir alguns empreendimentos que permitam a aglutinação dos produtores e aumento da produtividade; por isso, dentro dos eixos de geração de emprego e renda, colocamos algumas iniciativas que devem ser assumidas para que, uma vez alocadas, visam aumentar a qualidade de vida da gente do campo.

Obviamente que estes empreendimentos serão em vão se não consideráramos as estratégias apontadas na Educação, Formação e Capacitação.

Para finalizar, as estratégias apontadas na organização e comercialização serão o ponto de partida para o escoamento de todas as riquezas do desenvolvimento do Norte Fluminense.

Antigos modelos indicam que a última coisa a ser pensada será o público consumidor. Hoje, temos que estar claros que primeiro devemos saber para quem produzir e quais são as necessidades desse consumidor. Muitas vezes, o território tenha um alto potencial para a produção de um produto que não tem demanda regional, porém, a demanda para exportação para outros estados ou países é extremamente grande, ou, às vezes não se produz porque não se tem conhecimento técnico para sua execução. Entretanto, na região as condições climáticas e geomorfológicas indicam que as terras são apropriadas para produção destes produtos, inclusive, com baixos custos.

Em síntese, devemos produzir e gerar tecnologias para aumentar a produtividade por unidade de área, sem agredir o meio ambiente, e com alto retorno econômico, obviamente, desde que se dêem os primeiros passos para a implementação destas linhas de ação. Acreditamos que todos os projetos que se elaborem a partir deste PDSC-NF, levarão ao crescimento econômico e social do NF e, principalmente, aos agricultores familiares, na linha do tempo, possam ser menos dependentes das políticas governamentais, sendo partícipes das suas próprias decisões, sendo donos de seu próprio destino e o mais importante, que possam poder construir seu futuro.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A implementação de todas estas estratégias através de projetos e ações, é o próximo passo a seguir. Não resta dúvida que muita coisa ficou sem ser abordado de uma maneira aprofundada, pois precisa haver uma maior participação dos atores do território. Entretanto, o comitê técnico do CIAT-Norte Fluminense, acredita, que através dos dados coletados e das discussões e meditações durante as múltiplas reuniões durante todo o ano de 2005, nos levou a equalizar o que poderia ser mudado para o crescimento sustentável do campo do

norte fluminense. Entretanto, é necessário que haja uma maior articulação, comprometimento e conhecimento apurado das necessidades territoriais por parte dos componentes do CEDRUS e dos agentes do MDA, para poder julgar e apoiar os projetos baseados nas estratégias ou linhas de ação enunciados neste documento. Cabe ressaltar que uma das ações do MDA/SDT é a articulação com outras entidades e ministérios que possam financiar e apoiar, de maneira integrada e com intuito de implantar no território, as ações apresentadas.